

A QUESTÃO DO AMAPÁ NAS PÁGINAS DO NEW YORK TIMES (1895-1900)

**Alexandre Guilherme da Cruz Alves
Junior***

RESUMO

Este ensaio tem por objetivo analisar as questões fronteiriças entre o Brasil e a Guiana Francesa, no final do século XIX, a partir dos pressupostos da História Transnacional. A pesquisa apresenta, assim, suas primeiras reflexões a partir da análise do jornal norte-americano New York Times, atentando para a interpretação que o mesmo divulgou do litígio fronteiriço mas, principalmente, nos atores não estatais que são apresentados pelo mesmo.

Palavras-chave: Brasil - Guiana Francesa; Fronteiras; História Transnacional.

ABSTRACT

This essay aims to examine border issues between Brazil and French Guiana, in the late nineteenth century, from the assumptions of the Transnational History. The research presents its initial thinking from the analysis of the USAmerican newspaper, New York Times, noting the interpretation it released about the border dispute but, mainly, about the non-state actors, that are presented in the journal.

Keywords: French Guiana; Borders; Transnational History.

* Professor de História da América da Unifap/ Campus Oiapoque e Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense.

Introdução

O presente artigo pretende verificar as possibilidades de apropriação dos pressupostos básicos da história transnacional em pesquisas historiográficas acerca de conflitos fronteiriços entre nações na América Latina e, mais especificamente, investigar a viabilidade de aplicarmos o viés transnacional para analisar e investigar o processo de definição dos limites territoriais entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Trata-se, na verdade, de uma primeira aproximação com o tema, tendo como perspectiva inicial considerar as fronteiras territoriais espaço de circulação de ideias, indivíduos, bens e mercadorias. O ensaio será dividido em 4 partes: No primeiro momento, faremos uma breve revisão conceitual acerca da perspectiva transnacional aplicada aos estudos históricos; dando destaque a sua relação, muitas vezes mal compreendida, com a história comparada. No segundo momento, iremos familiarizar os leitores com alguns momentos importantes no desenvolvimento histórico das negociações entre a França e o Brasil para a definição da fronteira em 1900. No terceiro momento analisaremos como a questão do Amapá foi representada nas páginas do periódico norte-americano New York Times, de modo a identificar a circulação de sentidos e ideias presentes nos artigos do periódico.

No quarto e último momento, serão apontados alguns caminhos possíveis para uma maior consolidação da perspectiva transnacional em pesquisas futuras sobre os conflitos envolvendo a delimitação de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.

História Transnacional: uma breve revisão conceitual

A perspectiva transnacional é um campo de estudo recente na História. Akira Irie (2009) aponta que o transnacional trata-se do estudo dos movimentos de ideias, sentidos e forças, que superam e cruzam as fronteiras nacionais.

Por outro lado, Sven Beckert (2006), elaborando uma definição menos genérica, conceitua o transnacional como zonas de conexões que transcendem os espaços politicamente definidos ou, em outros termos, os estados-nacionais; valorizando os contatos, processos, crenças, ideias e instituições que escapam ao controle estatal, em muitos casos alcançando um relativo nível de autonomia.

Como aponta Bender (2002), é preciso destacar que a perspectiva da história transnacional surgiu na academia norte-americana, em finais dos anos 1970, como uma reação à narrativa histórica centrada no estado nacional, predominante nas produções historiográficas daquele país.

Segundo Bárbara Weinstein (2013), a academia norte-americana experimentou no início dos anos 1990, uma importante expansão de pesquisas históricas abarcando novas temáticas como o Mundo Atlântico, a Diáspora Africana, o Litoral do Pacífico e as Terra de Fronteiras¹.

Neste sentido, vale a pena esclarecer que ao buscar fluxos que escapam ao controle estatal, o olhar transnacional, em contrapartida, valoriza o conceito de estado-nação para o entendimento da modernidade, embora o interprete de uma forma não essencialista ou naturalizada. Tomar a nação como parte natural da história é recuperar parte do sentido original de *natio*, que etimologicamente se insere no mesmo campo semântico que *natura*

1 A historiadora salienta a diferença entre terra de fronteira com história da fronteira, que possui uma genealogia própria no pensamento histórico norte-americano.

(natureza). Foi a ideia de um caráter natural que durante muito tempo conferiu autoridade e coerência ao termo nação nas narrativas históricas.

Abrem-se assim espaços para a valorização das zonas de contato e circulação de pessoas, povos, grupos sociais ou étnicos, capital, bens e mercadorias, ideologias, etc., que não dependem do estado nacional para atuar, ao mesmo tempo em que apontam a perenidade da ideia de nação. (SMITH, 1999; ANDERSON, 2008)

Para Duara (2002), é necessário ter uma visão aberta da história, entendendo a nação como algo construído e delineado tanto subjetivamente quanto por poderes objetivos, não necessariamente vinculados aos grupos políticos e econômicos dominantes.

Desse modo, amplia-se a lente de observação, valorizando contextos históricos que, embora inseridos em um ambiente moderno de organização política, atuam em paralelo, podendo ou não se relacionar com as estruturas institucionais e/ou organizações tradicionais, como governos, partidos políticos, bancos, sindicatos, etc.

Essa perspectiva ampla tem sido uma das grandes forças das pesquisas em história transnacional, uma vez que é possível localizar objetos de estudo em diferentes áreas, como política, economia, pensamento intelectual e literatura, por exemplo. Mais significativamente, a história transnacional pretende superar a narrativa histórica moderna que se estabeleceu, em grande medida, vinculada à construção e consolidação dos estados-nacionais ao longo do século XIX.

Para Irie (2009), a história transnacional surgiria ainda como uma resposta à dificuldade da história comparada em superar este modelo predominante de narrativa histórica centrada no nacional. Neste mesmo sentido, Jürgen Kocka (2003) critica a ideia de que as unidades de comparação possam ser separadas umas das outras, correndo-se o risco de reificar as fronteiras políticas e culturais; reafirmando, assim, a especificidade de cada objeto analisado, ao invés de estabelecer os fluxos e relações.

Como podemos perceber, a relação é complexa, uma vez que mesmo a história transnacional não pode abdicar da importância contemporânea dos estados-nacionais na dinâmica dos processos históricos. Por outro lado, a crítica ignora os recentes trabalhos de história comparada, cada vez mais sofisticados com relação aos objetos de estudos e metodologia de análise.

Por outro lado, Jürgen Osterhammel (2009), criticando a possibilidade de um monopólio do transnacional em abordagens que escapam a lógica das histórias nacionais, defende que a relação com a história comparada deve ser de complementaridade, não de exclusão. Para o autor, as críticas contra uma “caricatura” da história comparada poderiam limitar as abordagens transnacionais.

Como afirma Bárbara Weinsten (2013), a comparação não depende de uma separação total das entidades comparadas; não sendo, portanto, uma simples questão de contraste. A historiadora norte-americana defende que longe de significar o ocaso das análises comparativas, a ascensão transnacional contribui para a renovação de temas e abordagens da história comparada que, em contrapartida, estimula as produções históricas na perspectiva transnacional; sem com isso estabelecer qualquer tipo de hierarquia entre as duas abordagens.

Pode-se afirmar que a perspectiva transnacional encontrou recentemente terreno fértil nos estudos de história das Américas. Nos anos 1990 surgiu entre os Latin Americanists da acadêmica norte-americana, a necessidade defender o seu campo de estudo, uma vez que

a história produzida sobre a América Latina gozava de pouco espaço no contexto geral da produção historiográfica norte-americana.

Como afirma Weinstein (2013), o conceito de “New American Studies”, rejeitando uma noção artificial de divisão entre as Américas do norte e do sul, buscou dar conta dessa limitação, justamente em um momento onde a presença de populações de origem latino-americana nos Estados Unidos se tornava mais evidente.

Entretanto, como reconhecer a influência dos Estados Unidos na América Latina desde o final do século XIX, sem cair no modelo consagrado no qual o protagonismo norte-americano se sobressai na relação com seus vizinhos? Em outras palavras, como deslocar a América Latina da posição subalterna no contexto geral da história das Américas, sem com isso negar a disparidade de forças com seu vizinho do norte?

Pensar a história apenas através do conceito moderno de nação seria insuficiente para responder tais questões, uma vez que nesta perspectiva, a América Latina, assim como a África e a Ásia, sempre representaria o particular.

Neste sentido, o transnacional oferece novas abordagens sobre interações e intercâmbios econômicos, culturais, ideológicos e políticos nas Américas que possibilitam pensar a história do continente através de movimentos que escapariam, em parte, ao absoluto do nacional.

Vale apenas destacar nessa brevíssima apresentação do viés transnacional, que em tese, esse olhar não se trata de uma novidade per se. Mas de uma renovação e ampliação. Podemos citar objetos de análise histórica que, por sua natureza, já implicavam em um olhar transnacional, como o estudo do anarquismo, a formação da classe operária, a circulação e apropriação do conhecimento científico, ou a construção ideológica da classe média no sistema capitalista, dentre outros.

Desse modo, a perspectiva transnacional não tem por objetivo suplantar outras abordagens históricas, ou desvalorizar a importância dos estados-nacionais nos estudos interamericanos, por exemplo. Mas ao contrário, pode, no âmbito do continente americano, contribuir para um entendimento mais complexo das relações hemisféricas, iluminando as atuações de outros atores históricos, muitas vezes eclipsados por uma narrativa centrada no protagonismo nacional².

A Questão do Amapá

Se por um lado a primeira metade do século XIX foi palco para a independência de grande parte das colônias ibéricas nas Américas, por outro, assistiu ao complexo processo de construções das identidades nacionais dos novos estados.

Neste sentido, a delimitação de fronteiras, ou seja, a consolidação do espaço em que uma nação, em tese, exerce sua soberania política, tornou-se uma das principais questões que agitaram as relações interamericanas naquele período.

Pode-se afirmar que mesmo passados quase 200 anos das independências, as

2 Para uma maior aproximação dos temas e metodologias aplicadas à história transnacional, ver: FINK, Leon. *Worker across the Americas: The transnational turn in labor history*. NY: Oxford Press, 2011. WEINSTEIN, Barbara. LOPEZ, Ricardo. *The Making of the Middle Class: Toward a transnational history*. Duke University Press, 2012. AULINAS, Lluís Roura. MIDDLELL, Matthias. *Transnational Challenges to National History Writing: Writing the nation*. Palgrave Macmillan, 2012. BENDER, Thomas. *Rethinking American History in a Global Age*. Berkeley: University of California, 2002.

questões de limites ainda não foram totalmente resolvidas. Apenas para citar o caso mais recente, na América do Sul, no começo de 2014, a Corte de Haia alterou a fronteira marítima entre Chile e Peru. Ainda restam disputas em aberto entre Venezuela e Colômbia pela demarcação marítima do Golfo da Venezuela e na região de Guajira; Venezuela e Guiana, acerca da posse da Guiana Esequiba; Brasil e Bolívia, pela posse definitiva da ilha fluvial de Guarajá-Mirim; etc.

A política externa do então Império do Brasil no século XIX foi orientada majoritariamente para as questões diplomáticas oriundas da região do Prata; além, obviamente, das relações com a Europa. Entretanto, as fronteiras ao norte do país, abrangendo a imensidão da floresta Amazônica, estavam longe de se apresentarem como pontos pacíficos na relação brasileira com os vizinhos.

Desde o século XVII há registros de litígios naquela região. A delimitação das fronteiras entre a Guiana Francesa e o Brasil colônia, de tempos em tempos, redundava em atritos diplomáticos entre França e Portugal. De certo, o Brasil independente herdaria tais questões.

Ainda no século XVIII, Portugal e França definiram, através do Tratado de Utrecht (1713), uma primeira tentativa de entendimento acerca de limites na região. Na ocasião, Portugal teve reconhecida sua soberania sobre as duas margens do Rio Amazonas, e a coroa francesa renunciou às terras do atual Amapá, interditando ainda, a catequese de missionários franceses na região.

Os marcos regulatórios do Tratado de Utrecht seriam importantes para as negociações subsequentes. Com a invasão de Napoleão à Portugal, e a fuga da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, D. João VI ordenou, em represália, a invasão da Guiana Francesa.

Com a derrota da França napoleônica, o Tratado de Paris, em 1814, buscou reorganizar as fronteiras na Europa e, conseqüentemente, entre suas colônias americanas. Na ocasião, Portugal se retirou da Guiana Francesa, restituindo o território à França até a margem do rio Oiapoque. Pouco tempo depois, foi nomeada uma comissão mista para a delimitação da fronteira.

Como aponta Carvalho (1988), ao longo do século XIX houve momentos de maior intensidade diplomática nas negociações para delimitar a fronteira, e momentos de inércia. Interessante apontar a análise de Romani (2013). Segundo o autor, as negociações diplomáticas pouco interferiram na dinâmica social daquela região. Em momentos de maior tensão havia, obviamente, alguma interferência na vida prática das pessoas, entretanto, na maior parte do tempo, ocorria naquela região uma circulação de pessoas, bens e mercadorias sem qualquer ingerência de forças francesas ou brasileiras.

Segundo Doratioto (2001), a situação indefinida do território contestado entre o Império do Brasil e a França permitiu, em 1886, uma iniciativa “cômica”, quando um grupo de aventureiros internacionais proclamou, entre os rios Araguari e Oiapoque, uma república independente na região do Cunani, indicando para presidi-la o geógrafo Jules Gros.

A última década do século XIX assistiu ao recrudescimento das tensões na região. Em 1894, a descoberta de ouro nas cabeceiras do rio Calçoene atraiu a atenção de brasileiros e franceses. Estes delegaram a um antigo escravo paraense, Trajano, o título de capitão-governador do Amapá. Trajano acabou sendo preso por Francisco Xavier da Veiga Cabral, um dos triúmviros que defendiam os interesses de brasileiros na região.

O governo da Guiana Francesa, sem consultar a metrópole, reagiu à prisão enviando ao Amapá uma expedição militar a bordo do navio de guerra Bengali. O choque com os brasileiros resultou na morte do capitão Lunier.

Na França e no Brasil houve uma grande repercussão por parte da imprensa e opinião pública. Os governos dos dois países decidiram pôr fim à questão dos limites, optando, em 1896, pelo arbitramento internacional.

O governo brasileiro recorreu ao Barão do Rio Branco, solicitando que preparasse uma Memória justificativa dos direitos do Brasil na controvérsia de fronteiras com a Guiana Francesa.

Em abril de 1899, Brasil e França enviaram seus argumentos ao presidente da Confederação Suíça. O cerne da questão era identificar o rio “Japoc” ou Vicente Pizón. A contestação francesa atribuía ao rio Araguari o nome “Japoc” contido no Tratado de Utrecht. Por outro lado, o governo brasileiro entendia que Japoc referia-se ao atual rio Oiapoque.

A sentença arbitral foi proferida em 1º de dezembro de 1900, e foi favorável ao Brasil, definindo a serra do Tumucumaque e o rio Oiapoque como os limites da Guiana Francesa.

A Questão do Amapá nas páginas do New York Times

A região Amazônica sempre despertou, desde os tempos coloniais, o interesse das potências europeias. Por outro lado, com a consolidação da república norte-americana ao longo do século XIX, a região, com suas promessas de riqueza, também alimentou o fascínio de governos e aventureiros ao norte do rio Grande³.

Vale ressaltar que o ambiente internacional na segunda metade do século XIX foi caracterizado pelo aumento das investidas das potências industriais europeias em diferentes regiões do globo, no processo que ficou conhecido como neocolonialismo.

No contexto das Américas, a Doutrina Monroe, mesmo quando interpretada de modo positivo por países latino-americanos, apresentava-se mais como retórica do que uma defesa efetiva possível, uma vez que os Estados Unidos não possuíam capacidade militar para evitar, de fato, uma pressão neocolonial nas Américas. (BANDEIRA, 2003)

Neste sentido, surgiu a ideia de pesquisar, de modo preliminar, a repercussão das questões fronteiriças entre o Brasil e França na imprensa norte-americana. Deste modo, a ideia central é sinalizar produções de sentido e representações identificadas na imprensa daquele país que permitam mais adiante o aprofundamento de uma perspectiva transnacional na análise das disputas de fronteiras na região amazônica na virada do século XIX, um objeto de estudo, a despeito das novas pesquisas historiográficas, ainda monopolizado pelas narrativas históricas centradas nos estados nacionais

Obviamente trata-se de um exercício historiográfico e, em última análise, uma aposta arriscada.

Por questões de espaço, a análise será centrada nas publicações do periódico New York Times, devido principalmente a sua circulação nacional e influência na política norte-

³ Vale ressaltar, de modo amplo, as pesquisas da professora de história da América da USP, Mary Anne Junqueira, com relação aos relatos de viagem da *US Exploring Expedition*, entre 1838 e 1842, destacando nos relatos de viagem às representações forjadas pelos marinheiros sobre os países e regiões das Américas.

americana.

A primeira matéria localizada nos arquivos, de 8 de agosto de 1895, tratou do conflito entre Cabral e o comandando francês Lunier. O título, “Frances war with Mapa”, trazia consigo um interessante apontamento: “An Authentic Version of the Fight in the Land of the Gold Mines Which the Brazilian Press Distorts”.

A matéria, baseada no relato de um mineiro jamaicano, criticou abertamente a versão da imprensa brasileira, mais especificamente, do Diário de Notícias do Pará. Sem nomear a fonte, o NYT noticiou que Cabral não havia morrido, e que seu “exército” era formado pelos homens mais repugnantes do continente americano, composto por diferentes nacionalidades: “Portuguese, French, Dutch, Spanish and English criminal refugees. They all well armed and out for blood”.

Interessante apontar que apenas os ingleses envolvidos ao lado de Cabral mereceram uma justificativa por integrar um grupo classificado previamente como repugnante. Entre as outras nacionalidades não há qualquer distinção entre criminosos e mineiros. Por outro lado, o jamaicano que servira como fonte integrava um grupo de mineiros oriundos justamente da Guiana Inglesa.

Fica evidente que a descoberta de ouro naquela região precipitou um afluxo de aventureiros de diferentes nacionalidades. Algo natural. Entretanto, é possível inferir que a classificação dos ingleses que integravam o grupo de Cabral como criminosos buscava distingui-los dos mineiros ingleses que possivelmente compunham o grupo do jamaicano. Nota-se, neste sentido, que as identidades nacionais não determinavam necessariamente os lados do conflito.

Mais adiante, a matéria aponta que havia entre os mineiros reunidos em Calçoene, centenas de “brancos”, dentre os quais inclusive norte-americanos, cercados por milhares de “pessoas de cor”, possivelmente aliados de Cabral. A região foi classificada como a “frontier” brasileira, e os combatentes de Cabral descritos como extremamente violentos e sangrentos.

A utilização do termo “frontier” deve ser interpretado à luz da representação construída na sociedade norte-americana durante a marcha para o Oeste. A palavra não indica uma fronteira geográfica específica, mas um espaço imaginado entre o mundo civilizado e a wilderness⁴; conforme esta vai sendo superada e vencida, a “frontier” também avança. (KNAUSS, 2004)

O artigo finaliza desqualificando totalmente as informações dos periódicos brasileiros que, de modo unísono, acusaram os franceses de terem iniciado as hostilidades.

Em 20 de setembro de 1895, o NYT se limitou apenas a reportar que devido ao conflito, a invasão francesa ao território contestado era iminente, e que o Brasil estava reforçando suas tropas na região. No dia seguinte, o jornal desmentiu a iminência da invasão, reportando apenas a presença de navios de guerra franceses.

Com o apaziguamento das hostilidades, as notícias sobre a Questão do Amapá também sumiram das páginas do jornal. Apenas em uma breve matéria de 1897, o NYT reportou a confirmação do arbitramento entre a França e o Brasil, destacando a dificuldade de aprovação pelo governo brasileiro.

⁴ Wilderness é um termo associado a um espaço geográfico conjugado com determinada situação específica que perturba, desorienta, desnorreia o homem civilizado, seja esse espaço um deserto ou uma floresta tropical.

Em 1899, mais uma vez as tensões na região receberam atenção do periódico. Em notícia de 22 de março, o NYT alertou seus leitores que as notícias sobre conflitos entre as comissões de demarcação de fronteira brasileira e francesa eram exageradas. O periódico acusou mineiros fugindo de um possível conflito como responsáveis pelas falsas notícias. Pela primeira vez, o NYT fez menção também aos indígenas que viviam na região.

Segundo as notícias, os índios teriam propositalmente espalhado notícias falsas pela região, de modo a assustar e expulsar os estrangeiros.

"The circumstances appear to be as follows: A dispute arose between the Brazilian and French Commissioners as to a mutual agreement to which, on their own responsibility, neither party saw their way. It was therefore decided to suspend the delimitation proceedings until the respective Governments could be communicated with. Meanwhile, some personal unpleasantness arose between the French Senagalese troops and the Brazilians, which eventually led to an encounter, in which a few on each side were hurt. The Commissioners then decided to move some distance away from each other until operations were resumed, so as to avoid further trouble.

This the Indians seem to have interpreted as a quarrel between their masters, and accordingly set about preparing for 'war'. The news was spread among the settlers and miners, and many of them, vividly recollecting the troubles of 1896, hastily retired, some to Amapa and some to Cayenne".

Importante salientar as diferentes representações dos indígenas nesta notícia. No primeiro momento, surgem como articuladores de uma mentira para afastar os estrangeiros da região. Em um segundo momento, são representados como incapazes de compreender as questões políticas e militares a sua volta, confundindo e interpretando de modo equivocado os movimentos de seus "mestres".

Vale frisar que estas representações conflitantes possuíam eco no modo como o governo norte-americano estava administrando as questões indígenas internamente. Se nas décadas anteriores, a representação do índio como um ser perverso e mentiroso servia para justificar as invasões às suas terras, por outro, a infantilização do índio mostrava-se apropriada para o projeto assimilacionista daquele momento nos Estados Unidos.

A notícia destaca ainda o crescimento de um sentimento antibritânico na Guiana Francesa, resultando na expulsão de cidadãos ingleses. "They have no right in the country, and the sooner they clear out the better for them". De certo modo, as rivalidades imperialistas europeias podiam se fazer também presentes naquele momento.

Estranhamente, durante todo esse tempo, nenhuma notícia citou, mesmo que indiretamente, a Doutrina Monroe, com uma possível interferência dos Estados Unidos no conflito.

Este tema veio a público apenas com a decisão final do governo Suíço. Em um extenso artigo, publicado no NYT em 16 de dezembro de 1900, intitulado: "The Franco-Brazilian

Boundary Dispute: A practical Vindication of the Monroe Doctrine”, o professor de Direito Internacional John Basset Moore procurou interpretar a decisão final relacionando-a ao futuro do continente americano.

“This simple announcement marked the termination of a long-standing dispute, the importance of which, as affecting the extent of European dominion in America and the actual and potential control of navigable water, has been little understood outside the countries immediately concerned in it.”

Moore continuou o artigo realizando um detalha revisão diplomática, elogiando a precisão dos trabalhos empreendidos pelo Barão do Rio Branco. O professor fez referência direta aos mais de 200 mapas reproduzidos no relatório brasileiro enviado ao governo da Suíça, apontando principalmente para as riquezas minerais que continham.

“The collection of maps is of the greatest interest, containing among other things, copies of important manuscript maps never before reproduced, and is the most luxurious publication of the kind ever made. Several old parchment maps in the British Museum, or in other libraries, public or private, in Europe, are reproduced with the rich illumination and profusion of gold and silver of the originals”.

Conclusão

Na verdade, este ensaio lança mais perguntas do que propriamente uma conclusão. Encontrei extremamente interessante verificar a possibilidade de desenvolver uma pesquisa transnacional a partir de um evento identificado comumente como uma questão diplomática clássica, envolvendo diretamente dois estados nacionais. Soma-se a isso o fato de realizar este primeiro exercício justamente utilizando-me de periódicos, uma fonte histórica consagrada justamente em narrativas de história política tradicional.

Entretanto, como pudemos verificar, as notícias do NYT nos deixaram rastros interessantes acerca da possibilidade de aprofundarmos estudos transnacionais inseridos no recorte sugerido.

Vale ressaltar a tentativa do periódico em definir as nacionalidades envolvidas, demonstrando justamente que estas não eram determinantes nas tomadas de posições dos indivíduos durante os conflitos. Surgindo como uma questão do lado francês apenas no final do processo de arbitramento.

Por outro lado, as dualidades nas representações dos indígenas durante o processo nos lembra primeiramente a lacuna ainda grande da historiografia com a relação à participação dos mesmos nas definições de fronteiras, não apenas na Questão do Amapá, mas em todo o continente americano, incluindo os Estados Unidos.

Vale ainda destacar a produção de sentidos que o periódico nos relevou acerca do modo como a sociedade norte-americana, ou grande parte dela, representava a região amazônica, associando-a a conceitos produzidos durante o seu processo histórico, utilizando-se de conceitos como frontier e wilderness.

Em suma, são questões que podem ser aprofundadas com a ampliação das fontes históricas, e a releitura de fontes diplomáticas, através de novas abordagens. Ou seja, a Questão do Amapá não se encerrou em 1º. de dezembro de 1900. Ainda está presente na fronteira, e em arquivos espalhados por diferentes países, esperando olhos certos para, talvez, revelar-se um pouco mais.

Fontes:

New York Times, 08 de agosto de 1895.

New York Times, 20 de setembro de 1895.

New York times, 21 de setembro de 1895.

New York Times, 27 de novembro de 1897.

New York Times, 29 de dezembro de 1899.

New York Times, 16 de dezembro de 1900.

Recebido em 05 de março de 2015, aprovado em 15 de abril de 2015.